

Report

Description Record

Report date

2020-10-28

Record

PT/PR/AHPR-CH/CH0101/CH010110/D210003 - Vitor [E]Manuel III (Rei da Itália)

Description level	P
Reference code	PT/PR/AHPR-CH/CH0101/CH010110/D210003
Title type	Formal
Title	Vitor [E]Manuel III (Rei da Itália)
Production dates	1919-07-19 - 1919-07-19
Dimension and support	1 capa numa bota
Holding entity	Presidência da República
Scope and content	O processo inclui apenas o registo da proposta de condecoração com a Banda das 3 Ordens.
Common name	Chefe de Estado, Distinção honorífica, Monarquia parlamentar
Geographic name	Itália
Physical quota	CH.D210003
Deposit quota	D210003
Previous location	4; (13446)
Notes	<p>1- O Decreto de condecoração foi - segundo a respetiva ficha de registo - publicado no Diário do Governo n.º 166, de 19/07/1919.</p> <p>2 - Vitor Emanuel III - ou Manuel, na versão mais fiel ao português - Rei de Itália entre 29 de julho de 1900 e 9 de maio de 1946, nasceu em Nápoles a 11 de novembro de 1869 e faleceu em Alexandria no dia 28 de dezembro de 1947.</p> <p>Membro da Casa de Sabóia, com o título de Príncipe de Nápoles, era neto de Vitor Emanuel II, rei da Sardenha (entre 1859 e 1861) e da Itália (entre 1861 e 1868), e filho único de Humberto I, Rei de Itália, e da sua mulher, Princesa Margarida de Sabóia - filha do Duque de Génova. Tendo-se casado em 24 de outubro de 1896, com a Princesa Elena do Montenegro, ascendeu ao trono italiano após o assassinato (por um anarquista) de seu pai, o rei Humberto I, em 1900.</p> <p>Quando foi coroado, em 29 de julho de 1900, com a idade de 30 anos, o único conselho que recebera de seu pai fora: "Para ser Rei basta saber assinar o nome, ler o jornal e montar a cavalo". Os primeiros anos de reinado foram, de acordo com a tradição da Monarquia de Sabóia, de compromisso com o governo constitucional e de respeito pelas liberdades individuais e sociais defendidas pela Constituição italiana (Statuto Albertino).</p> <p>Tímido e reservado, por natureza, Vitor Emanuel III não apreciava o stress quotidiano da política italiana mas a verdade é que a crónica instabilidade política levou-o a intervir várias vezes para resolver crises parlamentares, particularmente após a I Guerra Mundial.</p> <p>Quando a Grande Guerra começou, a Itália permaneceu neutral, de início, apesar de integrar a Triplice Aliança, estabelecida em 1882. O acordo assinado para efeitos defensivos não considerou - apesar de o condenar - o assassinato do Arquiduque Franz Ferdinand em Sarajevo, em 1914, como um acto de agressão. No entanto, em 1915, a Itália assinou vários tratados secretos em que se comprometia a entrar no conflito do lado dos seus aliados da «Triple Entente» (França, Grã-Bretanha e Rússia). A entrada na Guerra, porém, tinha a oposição de uma grande maioria do povo italiano e a Câmara dos Deputados forçou a saída do Primeiro Ministro Antonio Salandra, demissão recusada pelo Rei que tomou sozinho - e conforme poder constitucionalmente outorgado - a decisão da entrada da Itália na Guerra na Europa.</p> <p>O corrupto e desorganizado esforço de guerra e a inesperada perda de vidas sofrida pelo exército italiano, especialmente na Batalha de Caporetto (Outubro-Novembro 1917), levou o Rei a mudar de posição, desiludido com a ineficiência das instituições e dos governantes políticos. Apesar disso, o monarca visitou em diferentes ocasiões o Norte da Itália intensamente afectado pelos violentos e mortíferos ataques das tropas do Império (Austro-húngaro) e a própria Rainha prestou serviço como enfermeira junto dos hospitais militares dando apoio aos soldados feridos em campanha. Durante este período, o Rei conseguiu genuína afeição pela maioria do povo italiano.</p> <p>Com a depressão económica que se seguiu à Guerra, a sociedade italiana foi marcada pela revolta da depauperada classe operária e pelo crescendo dos movimentos extremistas, revigorados pela Revolução Soviética. Neste ambiente de grande instabilidade política e social, Benito Mussolini ganha vantagem na ascensão ao poder quando durante todo o Verão e Outono de 1922 se intensifica a violência dos Camisas Negras fascistas que culmina com Marcha sobre Roma, forçando o Primeiro Ministro Luigi Facta a decretar a Lei Marcial. Depois de um momento de hesitação, o Rei recusa-se a assinar o decreto governamental, referindo as suas dúvidas sobre a capacidade do Exército conter as forças revoltosas. Mussolini é chamado a Roma e no dia 30 de outubro de 1922, Vitor Emanuel nomeia-o Primeiro Ministro. Com a idade de 39 anos, sem experiência prévia na governação e com o apoio de apenas 35 deputados</p>

do Partido Fascista na Câmara dos Deputados, Benito Mussolini ascende ao poder em Itália. Ao longo do tempo, o Rei revela-se incapaz de se opor ao crescente abuso de poder de Mussolini e permanece em silêncio quando em 1926, Mussolini deixa cair em definitivo a pretensa Democracia, decretando que é responsável apenas perante o Rei e não mais perante o Parlamento, conforme era tradição democrática desde 1860.

Em 1928, a única possibilidade que resta ao Rei era demitir Mussolini mas isso só poderia ser feito com o acordo do Grande Conselho Fascista - órgão que só poderia ser convocado pelo próprio Mussolini. Apesar do Rei nas suas Memórias ter afirmado que a sua posição fora motivada pelo medo da Itália enfrentar uma Guerra Civil, a verdade é que parece ter sido a posição ultra-conservadora e antidemocrática dos seus mais próximos conselheiros que o levaram a pactuar com Mussolini. Sejam qual tenham sido as circunstâncias, a verdade é que a posição de fraqueza revelada por Vitor Emanuel foi decisiva no futuro da Itália e da própria Monarquia.

Não há dúvidas que, num primeiro momento, o Fascismo ofereceu uma estabilidade política nunca conhecida em Itália, opondo-se ao radicalismo de esquerda e isto revelou-se apelativo para a maioria dos italianos e, certamente, para o Rei. De muitas formas, os eventos entre 1922 e 1943, demonstraram que a monarquia, por um lado, e a classe média abastada, por outro, sentiam que Mussolini e o seu regime de ditadura ofereciam uma opção, que após anos de caos político e social, era mais atraente que a alternativa socialista ou anarquista.

Em 7 de junho de 1929, Mussolini, em nome do Rei, assina o Tratado de Latrão, um dos 3 acordos assinados nesse ano, com a Santa Sé, resolvendo a chamada "Questão Romana".

No dia 30 de março de 1938, o Parlamento Italiano atribuiu a Mussolini o título de Primeiro Marechal do Império - o mais alto grau na hierarquia militar italiana.

Apesar da sua popularidade, algumas decisões provaram ser fatais para a Monarquia; entre essas encontra-se a decisão de Vitor Emanuel assumir, em 1936, a coroa imperial da Etiópia, depois do Exército italiano ter invadido a Abissínia e derrubado o Imperador Haile Selassie, durante a II Guerra Italo-Abissínia; o silêncio face à publicação das leis fascistas de cariz racial e a sua assunção da coroa da Albânia.

Reconhecido apenas pela França e Grã-Bretanha, o "Império Italiano da Abissínia" durou apenas 5 anos, até 27 de novembro de 1941 quando se deu a restauração do Império da Etiópia, após rendição das forças italianas. Em novembro de 1943, o Rei Vitor Emanuel renunciou definitivamente ao título de Imperador da Etiópia, reconhecendo como legítimo o anterior Imperador.

Também em 1938, Vitor Emanuel manteve o seu silêncio público perante a aprovação por Mussolini - sob pressão da Alemanha Nazi - de uma série de leis sobre a pureza racial, de carácter marcadamente anti-semitas, que deixaram os seus súbditos de origem judaica desprotegidos face à perseguição racial.

Por outro lado em 1939, Vitor Emanuel assumiu a coroa da Albânia quando as forças italianas, aproveitando a sua frágil defesa, invadiram o reino albanês a partir do Adriático e obrigaram o Rei Zog I a abandonar em fuga o seu país. Nunca reconhecido pelos albaneses, o Rei Vitor Emanuel foi inclusive vítima de um atentado, em 1941, por ocasião de uma visita a Tirana.

Em 10 de junho de 1940, ignorando todos os conselhos no sentido que o país não estava preparado para uma guerra, Mussolini tomou a decisão fatal de conduzir a Itália a entrar no conflito mundial, ao lado da Alemanha Nazi e do Japão. Desde o início sucederam-se os desastres nos diferentes palcos de guerra: ainda no ano de 1940, os exércitos italianos sofreram derrotas humilhantes no Norte de África e na Grécia; em finais de 1941, a Itália perdeu as suas possessões na África Oriental e em 1942, perdeu a Líbia; no início de 1943, as 10 divisões do "Exército italiano na Rússia" (Armata Italiana na Rússia - ARMIR) foram completamente cilindradas durante a Batalha de Estalinegrado; no final de 1943, as últimas forças italianas na Tunísia renderam-se enquanto que a Sicília era tomada pelos Aliados. Confrontada com a falta de combustível a frota da Marinha Real (Regia Marina) sofreu várias e sérias derrotas, passando os seus navios a maior parte do tempo confinados nos portos. Apesar do discurso oficial de Mussolini perante os seus compatriotas, o Mar Mediterrâneo nunca foi o "Mare Nostrum" da Itália. Também a Força Aérea, apesar de se comportar melhor do que o Exército e a Armada, manteve ao longo do conflito uma crónica falta de aeronaves modernas, que a afastou de participar na Batalha de Inglaterra.

À medida que a sorte da Itália piorava, a popularidade do Rei diminuía junto dos seus súbditos

No dia 19 de julho de 1943, Roma é bombardeada pela 1ª vez em 2500 anos de História, provocando ainda mais o descontentamento e a desilusão dos Italianos para com o seu Rei e em 24 de julho, o Conde Dino Grandi e o Grande Conselho Fascista votaram massivamente no sentido de ser solicitado ao Rei que reassumisse plenamente os seus poderes constitucionais em consequência de uma moção de Não Confiança em Benito Mussolini. O Rei que procurava um pretexto para se ver livre do ditador, chamou Mussolini ao palácio e demitiu-o, nomeando para o cargo de Primeiro Ministro o Marechal Pietro Badoglio. Ordenou então a prisão de Mussolini e renunciou definitivamente aos tronos usurpados da Etiópia e da Albânia em favor dos seus legítimos monarcas.

Aparentemente a Itália continuava a Guerra do lado do Eixo mas secretamente iniciaram-se negociações - no seio da Corte e do Governo - com os Aliados no sentido de um Armistício.

No dia 8 de setembro de 1943, o Rei Vitor Emanuel anunciou publicamente o Armistício, sem porém notificar previamente as Forças Armadas, o que deu origem a um período de grande confusão entre as tropas italianas, abandonadas à sua sorte. Os Alemães, que já esperavam este desenlace, rapidamente desarmaram e aprisionaram as forças italianas e assumiram as suas posições nos Balcãs, em França e no Dodecaneso, assim como na própria Itália. Algumas unidades não se renderam e aceitaram continuar a lutar contra os Aliados, integrados no Exército Nazi.

Temendo o avanço dos Alemães sobre Roma, o Rei e o seu Governo fugiram, refugiando-se em Brindisi. Apesar deste gesto ter sido necessário para proteger a segurança do Rei (Hitler planeava a sua prisão, logo após o derrube de Mussolini), a verdade é que ele foi visto com surpresa negativa pelos italianos; o próprio Papa Pio XII, permanecera em Roma - declarada "cidade aberta" - misturando-se com a população e rezando com o povo trabalhador quando o Quartiere San Lorenzo era bombardeado e destruído. Entretanto o Governo de Badoglio refugiado no Sul de Itália, criava, inteiramente leais ao Rei, umas novas Forças Armadas: o Esercito Cobelligerante del Sud, a Aviazione Cobelligerante Italiana e a Marina

Cobelligerante del Sud.

Entretanto no dia 12 de setembro de 1943, os Alemães lançavam uma Operação para resgatar Mussolini do seu cativeiro: rapidamente ele estabeleceu um novo Estado Fascista no Norte da Itália - a República Social Italiana (Repubblica Sociale Italiana) - que não era mais do que um estado-fantoches dominado pela Alemanha de Hitler.

Apercebendo-se de estar demasiado conotado com o regime Fascista, Vitor Emanuel transferiu a maior parte dos seus poderes para o seu filho, Humberto, em abril de 1944, retendo apenas o título real. Este gesto foi formalizado pouco depois de Roma ter sido libertada no dia 4 de junho, quando o Príncipe Humberto foi nomeado Tenente-General do Reino.

Com o fim da Guerra, a opinião pública italiana exigiu um plebiscito para decidir se a Itália se mantinha uma Monarquia ou se tornava uma República; em 9 de maio de 1946, na esperança de influenciar o voto, Vitor Emanuel abdicou formalmente em nome do seu filho, o agora Rei Humberto II. Porém, no Referendo que se realizou um mês depois, do apuramento do voto italiano resultou que 54% dos eleitores se declararam favoráveis à República. A família Sabóia foi convidada a abandonar o país.

Refugiado no Egito, Vitor Emanuel faleceu em Alexandria em 1947, sendo ali enterrado, por detrás do altar da Catedral de Santa Catarina.

(cf. http://en.wikipedia.org/wiki/Victor_Emmanuel_III_of_Italy)

Technical notes

Fill textual content automatically

Last modification date

A data atribuída é a data da publicação do Decreto em DG.

□

2016-04-20 12:44:04